



RE: Sexagésima-quarta sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social Da Mulher: 'Revisão e Avaliação da implementação da Declaração de Pequim e da Plataforma de Ação'

Declaração Escrita do Conselho Consultativo Anglicano, Março 2020

O Conselho Consultivo Anglicano dá as boas-vindas à revisão do 25º aniversário da Plataforma para Ação de Pequim na 64ª Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher. A Comunhão Anglicana é a terceira maior comunhão cristã do mundo, constituída por quarenta províncias em mais de 165 países, todas trabalhando em várias capacidades para transformar estruturas injustas da sociedade, fazer afronto à violência, procurar a paz e a reconciliação, salvaguardar a criação e agir em serviço amoroso.

Abordar as graves injustiças da desigualdade de género é uma parte integral da nossa missão anglicana. Esta missão é baseada na nossa crença cristã que tanto mulheres como homens são criados iguais à imagem de Deus e que relações justas entre mulheres e homens, raparigas e rapazes são fundamentais para o florescimento humano. Infelizmente, a família global está cada vez mais distante desta imperativa do Evangelho. Atitudes baseadas em género, presunções, e estereótipos podem moldar comportamentos negativos e impor fardos em todos nós. Padrões prejudiciais de patriarquia e misoginia precisam de ser retificados à luz do amor redentor de Deus. Neste momento de celebração dos vinte e cinco anos da Plataforma de Pequim, nós procuramos defender o valor intrínseco de mulheres e raparigas e o compromisso à justiça social e ao empoderamento escrito na Declaração, no entanto lamentamos que uma grande parte da sua poderosa visão continua a não ser realizada.

Importância de interagir com comunidades de fé

Líderes da igreja e comunidades de fé têm exercido uma função essencial na transformação das injustiças de género embutidas na cultura. Pessoas de fé têm, às vezes, sido responsáveis por manter o *status quo*, ou de reforçar construções estereotipadas da masculinidade e feminidade que dão permissão à violência de género e a outras injustiças. Estas relações desiguais têm consequências extensas para todas as pessoas de Deus, para as suas famílias, comunidades, e todas as nações.

Igrejas, comunidades e agências por toda a Comunhão Anglicana têm confrontado narrativas prejudiciais e tem ativamente promovido a justiça de género como uma parte integral de assegurar que todas as pessoas tenham a oportunidade de alcançar o potencial que Deus lhes conferiu. Isto inclui procurar maneiras de enfrentar violência sexual e de género, mudanças climáticas e deslocamento causado pelo clima, implementando programas de empoderamento económico para mulheres e raparigas. Desta maneira, as igrejas e as organizações de fé são parceiros importantes para transformar a injustiça e assegurar o empoderamento de mulheres e raparigas.

Mulheres e violência de gênero: transformar estruturas injustas da sociedade

Um estudo lançado pela Organização Mundial da Saúde revelou que trinta e cinco por cento de mulheres globalmente têm experienciado violência física e/ou sexual. Muitos mais casos não são reportados por razões de vergonha e estigma. Vítimas corajosas que reportam estes casos às autoridades podem ser traumatizadas por falta de sensibilidade provinda de trabalhadores do sector da saúde, agentes da polícia, e oficiais da corte. Muitos casos não são processados e os culpados nunca enfrentam a justiça, especialmente em países experienciando conflito.

O Concelho Consultivo Anglicano têm pedido a Igrejas membro para fornecerem liderança na questão de violência de gênero através da educação, advocacia, e demonstrando relações saudáveis. Anglicanos foram de entre os 150 líderes de fé convocados pela aliança “*We Will Speak Out*” (“Nós Iremos Dizer a Nossa Verdade”) na África do Sul em 2013, onde as sobreviventes de violência sexual e de gênero expressaram a sua esperança por um seguro, curador, e inclusivo espaço de refúgio dentro das igrejas.

A nível regional e nacional, exemplos de “serviço amoroso” incluem, em Fiji, onde a Casa da Sarah têm coordenado líderes de nove grupos culturais e de fé para produzirem uma campanha de multimédia inspiradora que advoga por um fim à violência contra mulheres e raparigas. No Brasil, a Reverenda Elineirde Ferreira estabeleceu e continua a dirigir uma casa segura para mulheres fugindo de violência doméstica.

Hospitalidade, apoio, cuidado, e proteção para sobreviventes e acabar a violência de gênero são partes essenciais do ministério cristão. Líderes religiosos podem-se pronunciar contra a cultura de violência e enfatizar a responsabilidade da igreja em criar uma comunidade de compaixão e cuidado, especialmente durante alturas de conflito e de agitação social.

Mulheres e mudanças climáticas: resguardar a integridade da criação

A Organização das Nações Unidas de Alimentação e Agricultura estima que as mulheres produzem metade da comida do mundo, normalmente como a sua fonte principal de rendimento. No Sul Global, a sua produção chega aos 80%. Mudanças climáticas têm impedido a sua habilidade de produzir comida, ameaçando a sua segurança económica e forçando muitas a migrar de modo a sobreviverem. Um estudo realizado pela Rede Ambiental das Mulheres mostrou que mulheres são 77% das pessoas que são deslocadas pelas mudanças climáticas, e ONU Mulheres reportou que desastres naturais aumentam a vulnerabilidade a violência sexual e de gênero.

O Concelho Consultivo Anglicano recentemente passou resoluções comprometendo-se a melhorar os seus esforços em combater as causas e consequências das mudanças climáticas. Afirmando que há uma emergência climática global, o Concelho enfatizou que as vozes das mulheres indígenas e

das mulheres que estão na linha da frente das mudanças climáticas têm de estar no cerne destes esforços.

Em 2018, o Grupo de Mulheres Anglicanas em Fiji informou o Arcebispo de Canterbury sobre o impacto da subida do nível dos oceanos e da acidificação da água do mar, o que afecta a sua habilidade de participar na pesca e na aquacultura, duas das suas fontes de rendimento principais. Nas Ilhas de Salomão, a perda de terreno e o aumento da salinidade estão a pôr pressão no crescimento das colheitas, havendo comunidades que têm reportado escassez de alimentos. Para enfrentar o aumento da pressão posta sobre as mulheres nestas regiões, Anglican Overseas Relief and Development têm estabelecido um programa que assiste mulheres jovens a vender lâmpadas solares nas suas comunidades.

Mulheres e empoderamento económico: responder à necessidade humana através de serviço amoroso

Um relatório da ONU Mulheres em 2018 mostrou que as mulheres têm uma menor probabilidade de participar no mercado de trabalho que os homens. A participação das mulheres no mercado de trabalho globalmente é 26.5% menor que a dos homens, e em quarenta por cento das economias, as atividades empreendedoras das mulheres enfrentam desvantagens extremas. Investir na empoderamento económico é a chave que abre a possibilidade de igualdade de género e de assegurar a participação completa na abundância de Deus.

A Igreja Anglicana do Sul da Índia gere um programa de treino que desenvolve as capacidades empreendedoras e habilidades para grupos de várias regiões no sul da Índia, dando confiança financeira às mulheres e melhorando as vidas das suas famílias. A igreja também abriu um espaço em Chennai para vender produtos produzidos por centenas de Empreendedores Rurais de origem Dalit e Adivasi.

A Aliança Anglicana, uma plataforma global para o alívio humanitário e esforços de desenvolvimento, estabeleceu uma cooperativa para mulheres com baixo rendimento na vila de Kanaynagar, Bangladesh com sucesso. Reconhecendo a diversidade e interconectividade dos obstáculos para o empoderamento completo, o programa inclui educação acerca da construção de organizações, desenvolvimento de liderança, modos de rendimento alternativos, medidas de saúde preventiva, e tecnologias de adaptação para combater as mudanças climáticas.

Recomendações

Nós incitamos os Estados Membros a:

1. Tomar ação urgente e acelerada para implementar e financiar plenamente a Declaração de Pequim e a Plataforma para Ação, em parceria com a sociedade civil e outros atores

relevantes, incluindo organizações de fé e líderes de fé, assim como implementar outros acordos internacionais vitais que afetam os direitos de mulheres e raparigas, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente o Objectivo 5: Igualdade de Género);

2. Reconhecerem a influência positiva que a fé e as comunidades de fé continuam a exercer na provisão de serviços sociais, em respostas humanitárias, na construção de comunidades resilientes, na promoção do bem-estar, na transformação de normas sociais, a alcançar a igualdade de género, e considerarem as comunidades de fé como parceiros integrais dentro da sociedade civil;
3. Em parceria com todos os sectores da sociedade, tomar ação para reduzir as falhas dentro de e remover as barreiras para a completa e igual representação de mulheres em posições de liderança e na toma de decisões importantes em todos os níveis e em todos os sectores;
4. Desenhar e implementar intervenções de emergência que tenham em consideração género de modo a reduzir o impacto das mudanças climáticas e outros desastres relacionados, com um foco particular em ir ao encontro das necessidades de mulheres, raparigas, dos idosos, das pessoas com deficiências, e incluindo o conhecimento tradicional das comunidades indígenas;
5. Incorporar a análise de sistemas religiosos e customários na criação de leis, e interagir em colaboração com atores de fé e mulheres, raparigas, homens e rapazes, para enfrentar normas e práticas prejudiciais e discriminatórias que impedem o progresso da eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e raparigas;
6. Garantir justo e igual acesso à justiça para todas as vítimas de violência, incluindo através do aumento de apoio a lugares de asilo e outros programas que apoiem as vítimas. Treinar oficiais da polícia para assegurar que a resposta a relatos de violência doméstica seja feita de modo apropriado e com atenção ao género, dando acesso a serviços de recuperação psicológica e compensações para as vítimas de violência, e implementar políticas de assédio sexual em todas as instituições da sociedade;
7. Implementar legislação e proteção legal abrangente para assegurar que assuntos que envolvam desigualdade de género não sejam tratados isoladamente, mas com o reconhecimento das várias e interligadas formas de discriminação que afetam as mulheres baseadas no seu género, religião, etnia, prática cultural, raça, estatuto socioeconómico, idade, ou deficiência.